

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP Nº 3/2020

Processo: 19.00.6150.0005200/2021-70. Contratante: Conselho Nacional do Ministério Público. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: SOLUX DISTRIBUIDORA EIRELI EPP. CNPJ: 23.291.920/0001-01. Finalidade: I - Incluir a Cláusula Dezoito ao Contrato CNMP nº 3/2020, para adequação à Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGDP). Valor do Termo: R\$ 30.238,92 (trinta mil, duzentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos). Data de Assinatura: 24/1/2022. Programa (PTRES): 174664. Fonte: 0100000000. Natureza da Despesa: 3.3.9.0.39.14 (Locação de bens móveis ou de outras naturezas e intangíveis). Nota de Empenho: 2022NE000063. Signatário da Contratante: Fabiana Bittencourt Garcia Doares de Lima (XXX.196.836-XX). Signatário da Contratada: Márcio Pereira da Silva (XXX.992.401-XX).

Ministério Público da União

PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 1837/2019

Credenciários: União Federal por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a GEM ASSISTÊNCIA MÉDICA ESPECIALIZADA S/A. Objeto: alterar CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO e os REPRESENTANTES LEGAIS. Data de Assinatura: 07/12/2021. Assinatura: pelo Credenciante RAIMUNDO FRANCISCO DE AGUIAR SOUSA - Diretor Executivo Substituto e pelo Credenciado NELSON GUERREIRO PESTANA e TIAGO DE CERQUEIRA SOUZA - Representantes legais. Processo nº 1.14.000.000955/2019-34.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 008/SG/MPDFT/2020. Processo nº 08191.078500/2019-87. Contratante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: AMBIENTALIS ANÁLISES DE AMBIENTES LTDA; CNPJ: 06.164.913/0001-20. Objeto: Prorrogar a vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar de 18/2/2022 até 17/2/2023, consoante o disposto em sua Cláusula Décima Terceira - Prazo de Vigência, com amparo no art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 de acordo com as condições e as especificações do contrato e dos anexos do edital. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 01/2020. Vigência: 18/2/2022 até 17/2/2023. Valor Anual Estimado: R\$ 24.851,08. Programa de Trabalho: 03062058142610053, Elemento de Despesa: 339039. Signatários: MPDFT: RENATO LUQUEIZ SALLES, Secretário-Geral Adjunto; CONTRATADA: WLADIMIR HORN HULSE, Sócio-Diretor. Data de assinatura MPDFT: 24/1/2022. Data de assinatura CONTRATADA: 21/1/2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE RESCISÃO

BILATERAL DO CONTRATO N. 10/2019

Espécie: Termo de Rescisão Bilateral do Contrato n. 10/2019, firmado entre a Procuradoria da República no Distrito Federal, e a empresa CLARO S/A, em virtude de efetivação de novo Contrato unificado. Objeto: Rescisão amigável do Contrato n. 10/2019, referente à prestação de serviço telefônico fixo comutado - STFC, de fixo para fixo e fixo para móvel, na modalidade local, na data de 01 de fevereiro de 2022. Data de Assinatura: 25/01/2022. Fundamento Legal: artigo 79, inciso II, da Lei n. 8.666/1993. Processo: 1.16.000.003689/2021-41. Signatário: pela Contratante, Sr. Ricardo Mendes Soares, Secretário Estadual Substituto; e, pela Contratada, Sra. Juliana Franco Jibran Hsieh e Sr. Hider Vinícius Goeking, representantes legais.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PIAUÍ

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 02/2022. PROCESSO Nº 1.27.004.000116/2021-42. CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Piauí. CONTRATADA: ROMÁRIO OLIVEIRA RIBEIRO ME. OBJETO: Fornecimento de água mineral para a PRM/São Raimundo Nonato. VIGÊNCIA: 25/01/2022 a 31/12/2022. PREÇO GLOBAL: R\$ 1.260,00. MODALIDADE: Dispensa de Licitação. DATA DA ASSINATURA: 25/01/2022. SIGNATÁRIOS: Leonardo Braga Silveira, Secretário Estadual da PR/PI, pela Contratante, e Romário Oliveira Ribeiro, Representante, pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 04/2021 - UASG 380006 - ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços (ARP) Nº 04/2022. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico, Sistema de Registro de Preços. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1.32.000.000615/2021-18. ÓRGÃO REGISTRADOR: Procuradoria da República no Estado de Roraima. OBJETO: Registo de preços para eventual aquisição dos objetos discriminados no Pregão SRP nº 04/2021/PR-RR e seus anexos, o qual é parte integrante destas atas. VIGÊNCIA DA ATA: 21/01/2021 a 20/01/2022. DATA DA ASSINATURA: 21/01/2021. Assinaram Igor José Barbosa Duarte Lopes, Secretário Estadual, mais Nazareno Nunes Rodrigues, Gerente de Registro de Preços, pela PR-RR, e-mail: prrr-contratos@mpf.mp.br, telefone (95) 3198-2025, e também os representantes da empresa, pelos fornecedores: ARP 04/2022 - firmada com a empresa ARN NOVA ERA COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, CNPJ:15.786.607/0001-16 para aquisição dos itens: 66 e 67 do PE 04/2021, representante legal: Antônio Rocha Neto. Valor total da ARP: R\$ 871,00;

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

A Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região torna pública a Ata de Registro de Preços nº 04/2022, originada do Pregão Eletrônico SRP nº 11/2021. Objeto: Eventual aquisição de materiais para uso nas instalações prediais das unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, firmada com a empresa PLANED COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 20.776.492/0001-19, para o item 4 (alarme audiovisual sem fio para banheiro acessível), preço unitário de R\$ 312,40, pelo prazo de 12 meses. Os autos do PGEA 20.02.0200.0000828/2021-79 estão à disposição dos interessados.

VERA LÚCIA CARLOS
Vice-Procuradora-Chefe

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

A Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região torna pública a Ata de Registro de Preços nº 02/2022, originada do Pregão Eletrônico SRP nº 11/2021. Objeto: Eventual aquisição de materiais para uso nas instalações prediais das unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, firmada com a empresa ELETROQUIP COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA, CNPJ nº 05.854.663/0001-97, para os seguintes itens e respectivos preços unitários: item 18 (cabo de força para micro 3m) - R\$ 14,00; item 20 (cabo de força para micro 1,8m) - R\$ 43,00, pelo prazo de 12 meses. Os autos do PGEA 20.02.0200.0000828/2021-79 estão à disposição dos interessados.

VERA LÚCIA CARLOS
Vice-Procuradora-Chefe

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

A Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região torna pública a Ata de Registro de Preços nº 06/2022, originada do Pregão Eletrônico SRP nº 11/2021. Objeto: Eventual aquisição de materiais para uso nas instalações prediais das unidades da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, firmada com a empresa SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS DE RESGATE E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 93.726.446/0001-89, para o item 33 (mangueira de combate a incêndio), preço unitário de R\$ 625,00, pelo prazo de 12 meses. Os autos do PGEA 20.02.0200.0000828/2021-79 estão à disposição dos interessados.

VERA LÚCIA CARLOS
Vice-Procuradora-Chefe

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Contratante: União, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região. Contratada: CEMIG Distribuição S.A. Processo: 20.02.0300.000104/2022-82. Objeto: Fornecimento de energia elétrica e contribuição para custeio de iluminação pública para as Procuradorias do Trabalho nos Municípios, durante o exercício de 2022. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, artigo 24, inciso XXII. Elementos de despesa: 33.90.39.43 e 33.90.47.22. Valor mensal estimado: R\$ 20.595,00 (vinte mil, quinhentos e noventa e cinco reais). Ratificação em 14/01/2022, pela Dra. MARCIA CAMPOS DUARTE, Vice-Procuradora-Chefe.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: Ministério Público do Trabalho, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região e Região e a UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina, PGEA 001168.2018.12.900/7.Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 anos. Data e assinatura: 16/12/2021. Marcelo Goss Neves, Procurador-Chefe e Daniel de Santana Vasconcelos, Pró-Reitor de Graduação da UFSC.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo do Contrato Administrativo n.º 1/2020, pactuado o objeto de prestação de serviços continuados de atividade de segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificação, primeiros socorros por meio de bombeiros civis, com fornecimento de profissionais, materiais e equipamentos, nas dependências da PRT 15ª Região. com a empresa LOCAL SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ 12.513.976/0001-47. Processo: 20.02.1500.0000225/2020-64. Objeto do Termo: Prorrogação da vigência do contrato por mais 12 (doze) meses a partir de 10/02/2022. Nova Vigência: 09/02/2023. Assinam: pela contratante, Eduardo Luis Amgarten - Vice -Procurador-Chefe da PRT da 15ª Região, e pela contratada, Reinaldo de Moraes Souza, em 20/01/2022.

Tribunal de Contas da União

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que, entre si, celebram o Tribunal de Contas da União - TCU e o Ministério Público do Estado do Paraná - MPPR, tendo por objeto a disponibilização do aplicativo "De Olho no Remédio!"; b) Processo: TC 044.707/2021-5; c) Objeto: Disponibilização ao TCU do aplicativo "De Olho no Remédio!", desenvolvido pela equipe do Setor de Análise de Dados e Informações de Inteligência (SADII) do Núcleo de Inteligência (NI) do Centro de Apoio Técnico à Execução (CAEx) do MPPR; d) Fundamento Legal: Artigo 184 da Lei Federal nº 14.133, de 1º.04.2021, artigo 146 da Lei Estadual nº 15.608, de 16.08.2007 e demais normas de regência; e) Vigência: 60 (sessenta) meses, prorrogável por igual período, a contar da data de sua assinatura e sua eficácia dependerá da efetiva publicação, em extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Paraná, que ficará sob sua responsabilidade; f) Data de assinatura: 21/01/2022; g) Signatários: Pelo TCU, Luiz Gustavo Gomes Andrioli, Secretário do TCU no Estado do Paraná, e pelo MPPR, Gilberto Giacoia, Procurador-Geral de Justiça no Estado do Paraná.

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA-GERAL ADJUNTA DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL Nº 35/2022-TCU/SEPROC, DE 19 DE JANEIRO DE 2022

TC 033.420/2018-1

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA CONSTRUTORA PRADO LTDA, CNPJ: 12.224.426/0001-08, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 4713/2020-TCU-Primeira Câmara, Rel. Ministro Benjamin Zymler, Sessão de 20/4/2020, proferido no processo TC 033.420/2018-1, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, a condenou a recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5), valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 19/1/2022: R\$ 3.236.198,90; em solidariedade com o responsável Francisco Donato Linhares de Araújo Filho, CPF 142.680.863-15. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 250.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do Acórdão 4713/2020-TCU-Primeira Câmara até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, Regimento Interno do TCU).

